
Percursos da Loucura: da Sucursal do Inferno na Revista O Cruzeiro (1961) às narrativas jornalísticas que dizem dos loucos de todos nós¹

Maria do Socorro de Moura e SOUZA²

Universidade Estadual do Piauí

Sônia Maria dos Santos CARVALHO³

Universidade Estadual do Piauí/Universidade Federal do Pernambuco

RESUMO

Este artigo objetiva refletir acerca das narrativas jornalísticas que se conectam aos discursos sociais no dizer sobre a loucura, compreendendo onde estas inserem socialmente a figura do louco enquanto ser humano individualizado e coletivo. Através da narratologia midiática de (Motta, 2007) substrato para a *análise pragmática da narrativa jornalística* e aqui adotada como eixo teórico-metodológico, estudamos em específico a reportagem especial da Revista *O Cruzeiro*, intitulada *Hospício de Barbacena Sucursal do Inferno* (edição n° 31, de 13 de maio de 1961, p.106), à luz da teoria e crítica do discurso noticioso, conforme João Carlos Correia (2009) e Schütz (1979), e dos estudos de Foucault (2008) sobre *discurso*, sendo que ambas seguiram no amparo teórico de análise da reportagem especial. Objetivando melhor compreensão dos leitores, optou-se pela apresentação crítico-descritiva de trechos da reportagem. Ao final, aspectos conclusivos demonstraram que, embora tenham se modificado as narrativas jornalísticas ao longo do tempo em função de uma série de transformações sociais, tanto o louco quanto a loucura ainda são perceptíveis nas narrativas jornalísticas e discursos sociais dentro de um aparato institucionalizado e ainda impeditivo de ouvir a sua palavra.

PALAVRAS-CHAVE: Loucura. Gênero. Jornalismo impresso. Narrativas jornalísticas.

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Na fotografia de abertura da reportagem especial da Revista *O Cruzeiro*, intitulada *Hospício de Barbacena Sucursal do Inferno (1961, p.106)*, uma mulher negra e de cabelos raspados olha para baixo e sorri fitando a mão esquerda. A imagem é em branco e preto, registrada por Luiz Alfredo ou José Nicolau, já que ambos assinam a composição fotojornalística da matéria, porém, sem uma identificação específica que dê exatidão à autoria de cada retrato. A interna, que aparenta ter 30 anos de idade, tem seus braços atravessando as grades e agarrados a elas; está agachada para manter em equilíbrio o corpo envolto em avental puído e rasgado, pondo-lhe os ombros, os joelhos e as coxas à

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ08 – Comunicação. Espaço e Cidadania do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Discente do 8 período do Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: mmsouza@aluno.uespi.br

³ Discente especial do Doutorado em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), professora efetiva do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestra em História do Brasil (UFPI), membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais (UESPI) e do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde – SANA Piauí (UESPI). E-mail: soniamaria@cceca.uespi.br/sonia.mariac@ufpe.

mostra. Assim, mantém-se suspensa à janela da ala feminina do hospital psiquiátrico à vista da equipe de reportagem, dos funcionários prestadores de serviço do manicômio mineiro e das outras 2.599 mulheres, que, como ela, encontravam-se sob regime de internação no local. Conforme as estatísticas do Serviço Nacional de Doenças Mentais, órgão ligado ao sistema federalizado de saúde do Brasil dos anos 1960, mais 1.600 homens dividiam o confinamento no “colônia”, como o nosocômio passou a ser chamado popularmente e incorporado no imaginário do povo mineiro. Do leito narrativo da matéria, uma análise da *intriga* jornalística, que enreda e orienta o modo de noticiar (Motta, 2017), remete à separações e exclusões distintas a homens e mulheres internas, bem como aos que viviam fora do ambiente de reclusão social psiquiátrica.

Dito de outro modo, havia múltiplas realidades naquele mesmo objeto central de pauta. Na abertura da reportagem especial consta que:

Chorando convulsivamente uma senhora caiu de joelhos em pleno gabinete, ao implorar ao Secretário de Saúde de Minas Gerais, numa súplica comovente: - Doutor, pelo amor de Deus, não mande minha mãe para Barbacena não, doutor, conceda-me esta graça, pelo amor de Deus doutor! [...] Quando aquela senhora suplicou ao Secretário de Saúde, ela o fez com o justo receio de perder para sempre a mãe acometida de doença mental. [...] As sombrias paredes do Hospital-Colônia escondem, no silêncio de Barbacena um campo de concentração nos moldes nazistas, onde criaturas humanas vivem e morrem como animais, no mais sórdido abandono. (Franco, 1961: p.109)

A longa citação acima fora destacada logo no início deste artigo menos pela reconhecida demanda acadêmica/científica de exibição do recorte analítico, articulado às escolhas orientadas de eixos teórico-metodológicos pertinentes às hipóteses e aos objetivos perseguidos, e mais como ponto de partida para análise das encruzilhadas nas quais se encontram os jornalistas no exercício de suas profissões, em que pesem o passar dos anos. Pela ideia clássica de jornalismo, narrar jornalisticamente remete-se à operação de, ante um fato relevante, tomar o compromisso do direito à informação como finalidade reta e precípua. Desse modo, escolher, posicionar, reconectar informações, editar, vocalizar pelo outro o que se diz; silenciar fontes em meio a um processo comunicativo com a finalidade de tornar públicas as notícias que serão circuladas em ambiente mercadológico mais amplo possível e a um público que se conhece ou busca conhecer (Traquina, 2001) é uma forma de entender o jornalismo do início do Século XX.

Contudo, se isto já é em si complexo, há de se reconhecer na premissa deste artigo que narrar jornalisticamente envolve na contemporaneidade outros graus de complexidade, como reconhecer que o ofício jornalístico se reporta a valores-notícias

ligados a contextos e tempos históricos que mudam conforme as sociedades que os envolvem. Ou seja, os fatos não tem relevância em si, mas apenas quando a atividade humana a eles confere uma importância relativa (Correia, 2011). O jornalismo retém-se também a vazios, às transformações e a mudanças tecnológicas e, porque não admitir, em seus discursos as ideologias constantes nos textos narrativos dão a ver relações de poder e vozes em disputa, além de, não raro também propagarem ideias que reforçam e referenciam ideologistas racistas, machistas ou segregadoras, conforme nos alerta Van Dijk (2017). Nas narrativas jornalísticas por exemplo, há verdades, conflitos e angústia, mas também espaços de transformação, resistência e contestação em quem as produz e quem as lê. Há desconcerto.

A inclusão a seguir da legenda publicada junto à imagem da interna, que abre este texto científico⁴, segue este raciocínio reflexivo proposto. “Na cidade dos horrores, onde devia haver lágrimas, acontece uma coisa mais terrível: o riso dos loucos”. Dito de outro modo, há nos trechos e legendas componentes da reportagem especial, textos que apontam não somente para um tratamento dispensado à loucura, mas para enquadramentos jornalísticos acerca de um imaginário capaz de demonstrar concretude e simbolismo do hospital-colônia, inclusive para quem nunca lá esteve. Ademais, o personagem da narrativa representado na figura do manicômio em si, símbolo da institucionalização mediante apartamento e exclusão sociais, não se apresenta igualmente nem mesmo entre os internos: quando 2.600 mulheres dividem uma ala e 1.600 homens outra semelhante, num espaço físico projetado para receber duas mil pessoas, a “sucursal do inferno”, assim descrita no texto de Franco (1961), ganha sentidos outros no empreendimento constitutivo da matéria.

Este artigo, portanto, objetiva de modo específico refletir sobre como as narrativas jornalísticas se conectam aos discursos sociais no dizer sobre a loucura e onde está a figura do louco enquanto ser humano individualizado. Narrativas estão nesta perspectiva como construções que se dão através de “estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso)” e “que recorrem a operações linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos” (Motta, 201: 144). Junto a este conceito trabalharemos com outra noção de sua autoria, a *intriga*, que se relaciona à constante e

⁴ Constante da edição número 31 da Revista O Cruzeiro, de 14 de maio de 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=136709>. Acesso em 20/01/2023. Às 23h40min.

intensa produção noticiosa, internamente operante no centro das preocupações dos jornalistas, uma vez que se remete à escolha de elementos e personagens, conexões, associações e recomposição de faces do fato, cuja finalidade precípua vem a ser a constituição sensível para a compreensão interessada dos fenômenos noticiados. Trabalhar a *intriga* é pensar nas escolhas de uma narrativa jornalística que se dará no tempo, em contextos de luta e disputas ideológicas. Portanto, atravessam ambas – narrativa e intriga - as noções os lugares jornalísticos da loucura e do louco.

Além da narratologia midiática como eixo teórico-metodológico, a Teoria e Crítica do Discurso Noticioso, de João Carlos Correia (2009) e Schultz (1979) e os estudos de Foucault (2008) sobre discurso seguem no amparo teórico de análise da reportagem especial já apresentada no início deste artigo.

Percebe-se que a apuração jornalística, mesmo que focada numa ideia de objetivação dos fatos a serem transformados em notícia, vem compor posições num jogo simbólico e discursivo complexo, tento em vista suas finalidades enquanto atividade voltada a informar públicos mais amplos. Mais mulheres que homens são consideradas doentes mentais, porém, a elas recaem a convivência em ambiente de superlotação. Elas são a loucura imediatamente visível ao olhar fotojornalístico e, arrisca-se dizer aqui, que este tenha sido um dos motivos para a predominância de exibição de suas condições nos textos, imagéticos ou não, da reportagem. Delas também veio ainda a vigilância e súplicas públicas na tentativa de evitar internações dos seus, que os jornalistas perceberam dignos de nota, e foram discursivamente postas como prova do horror de ter na vida a destinação final no “colônia”. Não se afirma aqui a exclusividade do acometimento mental ao gênero feminino, tampouco as súplicas públicas para o impedimento das internações, porém, aponta-se para o relevo dado no desenvolver da narrativa jornalística a este aspecto da realidade que se tornou construção noticiosa. E a incluímos neste artigo para pensar nos contextos e regimes de ordenação sociais vigentes, nos quais o jornalismo se engaja, como o demonstrado quando a equipe de reportagem da *Revista O Cruzeiro* usa recurso do autoprestígio para falar da exclusividade da pauta, ressaltar credibilidade e envernizar sua distinção em relação às demais revistas brasileiras semanais da época, que não foram convidadas pelo poder público para “cobrir” o que acontecia no hospício.

A imprensa até então, jamais havia ultrapassado os muros que dão acesso ao Hospital-Colônia de Barbacena. Houve sempre a preocupação, exercida zelosamente pelos governos, de guardar em

segredo, fechado a sete chaves, aquela chaga que é ao mesmo tempo uma vergonha e um atentado à dignidade humana (Franco, 1961, p.109).

É possível dizer, portanto, em breve visada, que a passagem de 62 anos entre a produção jornalística citada e a contemporaneidade desta análise, antes de enfraquecer, reforça as possibilidades de contributo para o campo, quando investigações e críticas dos produtos jornalísticos, vistos como manifestações de processos complexos e historicamente situados e que podem integrar o conjunto de fontes que nos fazem pensar sobre a profissão, suas venturas, exigências e ideologias presentes nas ofertas de discursos; nos compromissos sociais firmados, nas relevâncias e silenciamentos, tanto quanto nos retornos explícitos sobre atendimentos ou frustrações causadas nas expectativas dos seus públicos à espera de notícias.

Abordado o enquadramento imagético e denunciativo da reportagem especial aqui citada, publicada em revista semanal brasileira comercialmente consolidada e nacionalmente distribuída, problematizamos, então, o lugar da loucura e dos sujeitos loucos nos textos jornalísticos. Considerando que o questionamento não é inédito, faz-se necessário reconhecer que as ciências humanas e sociais, além do campo jornalístico, interessaram-se pela relação entre o doente mental tido *louco* e o que dele se fala ou *dar a representar* nos jornais e outras mídias, com maior detimento entre os anos 1960 e 2005 (Lopes, 2021. p.8). Neste sentido, tanto nas regiões Nordeste quanto Sudeste do país, pesquisas historiográficas, nas áreas da filosofia, da saúde pública (Facchinetti, 2008, 2012) e também comunicacional (Franklin, 2020) foram e estão sendo empreendidas no bojo de investigações pertinentes em níveis de graduação e pós-graduação. Aqui citamos a título de exemplo focos como: trajetórias de vida socialmente tidas e havidas na marginalidade em função de males mentais, as disciplinas impostas aos corpos femininos adoecidos mentalmente, a crítica ao reducionismo do doente mental ao *dito* e *não dito* nas cercaduras burocráticas das fichas de internação ou pela institucionalização em si - focada num saber-poder médico construído e legitimado no desenvolvimento da especialização psiquiátrica do fim do século XIX, nos avanços das descobertas da anatomia humana e de fármacos de aplicação conjunta a outras terapêuticas em meados dos cem anos subsequentes (Foucault, 1972).

Não raro, pela construção jornalística em si, seus interesses imediatos nos registros fincados na atualidade e no que considera relevante em contextos simbólicos de existência, as narrativas jornalísticas se colocaram nas pesquisas acima citadas tomadas

pelas noções de representação, referencialidade do real ou sua riqueza simbólica. Com maior ou menor importância às questões-problema, dentro e fora de seu campo específico de investigação, os produtos jornalísticos foram estudados em suas ações de dizer sobre o louco e a loucura com um atravessamento metodológico que nos chamou à atenção: a maioria destas investigações, aqui resguardadas nos contributos gerados em caráter interdisciplinar, encontraram o *louco* nos jornais em contextos singulares de exclusão e separação, ou seja, na institucionalização marcada em ambientes hospitalares abertos especialmente a partir da segunda metade do Século XX no Brasil, e/ou após os anos 2000, mediante a vigência da Lei Federal nº 10.216, proposta em 200 pelo deputado Paulo Delgado (PT), a respeito dos direitos das pessoas com transtornos mentais.

A legislação referida acima, conhecida popularmente como lei da reforma psiquiátrica ou lei antimanicomial, veio no esteio de reivindicações dos movimentos sociais de familiares, pacientes e trabalhadores em saúde mental, tendo como principal impacto à época, a reconfiguração da institucionalização do adoecido mentalmente, simbolizada na reforma que fechou leitos hospitalares, investindo nos modelos de atendimento em centros psicossociais ou residências terapêuticas. (Figueiredo Neto; Rosa, 2010).

Nos dois momentos citados acima, a loucura, seu lugar e as consequências do seu aprisionamento ou liberação, sempre sob olhar de uma institucionalização que se renova sobre o adoecido mentalmente, estiveram nos jornais reverberando conflitos, interesses e uma sociedade que se transformava, inclusive discursivamente, para tratar a loucura. Daí o uso de palavras como *loucos e doidos*, comuns nos anos 1960, serem ressignificadas nos jornais no esteio de introduzir ou reforçar a reivindicação social da (re)nomeação do *doente mental ou transtornado*, como pessoa humana portadora de direitos. No entanto, em ambos os casos, e sob as condições até aqui citadas nos textos jornalísticos, se fazem as disputas ideológicas, mais ou menos agudas pelo poder de *dizer, tratar e situar* simbolicamente a loucura.

O diferencial de percepção neste artigo é ir adiante e tomar o recorte de análise como narrativas (Motta, 2017) integrantes de uma ordem discursiva mais ampla, interessada em suas finalidades, mas complexas e sofisticadas o suficiente para se inserirem de modo mais ou menos aderente e sutil aos regimes de verdade. De modo específico, mediante o eixo teórico foucaultiano sobre discurso e o eixo teórico-metodológico da análise da narrativa jornalística (Motta, 2007), percebemos que cresce o

sentido de pensar as narrativas em suas conexões com o discurso social. Quando numa reportagem como a que inicia este artigo encontramos que “na cidade dos horrores, onde devia haver lágrimas, acontece uma coisa mais terrível: o riso dos loucos”, percebemos uma relação de complexidade, dificuldade, e ao mesmo tempo um esforço *por dizer* na narrativa, voltada a uma audiência que se presume, o incômodo provocado pela loucura visível, esta imediatamente entregue aos olhos e ouvidos dos considerados normais, nos termos da noção de *visibilidade imediata* da loucura trazida por Engel (2001). Seriam, pelo teor narrado, esperado que o local ou condição da mulher louca ficasse manifesta no pranto, na dor ou agressividade sofrida pela internação sem fim. No entanto, por centrar-se no riso, a loucura imediatamente visível da mulher negra tornou-se jornalisticamente ainda mais grave aos olhos dos normais porque mais agressiva simbolicamente. O louco choca, desconforta, desencaixa modelos narrativos pré-estabelecidos, inclusive e por escolha dos jornalistas. Em que pese esta não ser a única pauta sensível da qual se ocupa o jornalismo, afinal há outros temas igualmente desconcertantes na esfera coletiva a serem tratados jornalisticamente, o *louco ou a loucura*, com o passar dos anos apresentaram-se com graus diferentes de implicação na linguagem ou no comportamento e continuam sendo desafios ao jornalismo que recorre eventualmente a eles enquanto pauta. Loucos vem cercados ou não de terapêuticas e atendimentos mais ou menos especializados, e por isto, apresentam diferentes inserções sociais, como participantes de um jogo simbólico cujas regras não são totalmente conhecidas pelos envolvidos. Ou seja, quando pensados como integrantes de múltiplas realidades que se inter cruzam, a loucura e o louco estão num horizonte da realidade a ser noticiada ao menos potencialmente. Narrar jornalisticamente, portanto, ganha ainda mais o campo das reflexões sobre o sensível.

NARRATIVAS E DISCURSOS DOS LOUCOS DE TODOS NÓS

Deste momento jornalístico historicamente situado na revista, pensamos em seguir com as reflexões sobre como o jornalismo, numa ordem simbólica, é de um próprio da vida. Isto pode nos fazer pensar sobre os loucos também não institucionalizados, os que estão fora da maior parte das pesquisas exemplificadas aqui ou de matérias como a da *Revista O Cruzeiro*, afinal, a loucura é tema antigo à humanidade.

Refletindo acerca de questões atinentes à constante dificuldade dos próprios jornalistas de lidarem com temas sensíveis, somados às singularidades e atravessamentos que se manifestam no labor diário, tais como - reconfigurações manifestas na queda de

hegemonia ou da exclusividade de fala e estreito espaço a sistemas de baixo ou distante retorno dos públicos; desdobramentos tecnológicos e de reestruturação dos modos de noticiar e receber retorno imediato do público, sem excluir o fenômeno advindo da possibilidade de emissão de discursos noticiosos fora da grande mídia tradicional - percebemos que, embora avance o tempo, o jornalismo traz para si atribuições múltiplas para além das que os entes sociais cobram dele.

No ofício jornalístico estão as movimentações de corpos são ou doentes, as decisões sobre o que se fazer com dúvidas sobre sanidade e integridades coletivas, sistemas de punição e recompensa e as lutas pelas finalidades conflitantes de grupo ideológicos opostos. No jornalismo estão as ambiguidades humanas, os pensamentos e reflexões sobre ações no individual e coletivo. Lá dão-se os interesses dos jornais e dos seus operadores, o horizonte de expectativas dos públicos imbricados num jogo de manutenção financeira e principalmente, há neste artigo, a defesa da existência de espaços e campos de manobra abertos às reflexões e coberturas, manifestas em produtos informativos noticiosos, inteligentes e abertos à pautas sensíveis - não somente sobre a loucura ou loucos, mas sobre a saúde mental percebida como bem coletivo.

Quando anteriormente citamos perceber o louco além da institucionalização nos referimos a pesquisas como a do médico e psiquiatra piauiense Edmar Oliveira (2011). Em obra biográfica com pretensões de registro jornalístico, conta parte da história destes loucos “permitidos” e das diferentes inserções sociais existentes/disponíveis a eles em Teresina (PI), entre os anos 1960 e 1980. Curiosamente, fala sobre estes loucos ao tempo em que se ocupa por narrar a história da instalação e decadência da instituição que já foi considerada o mais moderno hospital psiquiátrico brasileiro nos anos 1950, o Sanatório Meduna - um edifício de oito pavilhões baseado em arquitetura espanhola, inaugurado em 21 de abril de 1954, na região norte da capital piauiense e cuja entrada era guardada simbolicamente por uma estátua em bronze de Dom Quixote. Nos seus tempos áureos o hospital prestava serviços ambulatoriais e de internação especialmente à classe média piauiense e maranhense. Encontra-se totalmente desativado atualmente, salvo a estrutura correspondente à capela, que fora reformada e permanece em atividade. A maior parte da área do entorno, entretanto, fora posta ao chão e em seu lugar erguido um shopping center, há uma década.

Como defensor dos desmontes dos modelos hospitalocêntricos, o psiquiatra abriu suas memórias para os loucos que conheceu pessoalmente antes de sua formação médica,

ou através dos jornais da época, e que flanavam livremente entre a sociedade, especialmente nos espaços públicos de maior circulação, como praças centrais e clubes.

Apesar do papel dos hospitais psiquiátricos, muitos loucos escaparam da sua ação [...] Teresina não permitia que esses loucos fossem recolhidos aos hospícios. Se algum deles fosse encarcerado, o retorno às ruas era inevitável [...] Manelão, Nicinha e Bilelô. [...] na minha memória, para esses meus afeiçoados, a internação não tinha qualquer significado. Eles eram da cidade, das ruas, das aglomerações. Nossos. Sem eles Teresina não teria sentido para mim. Andarilhos, integrados, que não precisaram de ninguém a lhes cuidar. São apenas sobreviventes da multidão internada. (Oliveira, 2011; p.139).

Esta experiência não é isolada. Nas memórias de quem assina este artigo, também há louco semelhante à descrição do psiquiatra. Josino, um senhor alto, negro, morador de rua, sempre vestido de roupas marrons, sandálias de couro e barba longa vivia no município de Picos, localizado no sertão piauiense, e era um destes loucos com licença social de circulação irrestrita, em que pesasse sua desconexão aparente com a realidade. Entre os fins dos anos 1980 e na década de 1990, era figura presente em todas as missas de domingo, frequentadas pela alta sociedade picoense e celebradas na igreja Matiz de Nossa Senhora dos Remédios, na região nobre e central da cidade. Ante a chegada do momento da transubstanciação, ou transformação da hóstia em corpo de Cristo, justo no momento supostamente mais solene do evento católico, enquanto todos se resignavam aos seus lugares em contrito silêncio nos genuflexórios, Josino caminhava altivo pelo corredor da catedral, entoando em alto volume e forte projeção vocal os cânticos religiosos. Também repetia as mesmas palavras consagratórias do padre ou bispo. Assim seguia, até chegar ante a nave principal e gesticular de um jeito próprio com as mãos e olhos voltados para os céus, na demonstração de um encontro com o *seu* divino, até que fosse o primeiro de todos os fiéis a receber a hóstia consagrada. Obtida a comunhão, retirava-se pelo mesmo caminho, ainda sob o enredo do seu canto, sem que qualquer outro fiel o censurasse ou achasse conveniente explicar sobre a economia prevista para o momento mais importante do dogma católico. Ninguém lhe cobrava o comportamento desejado e seguido pelas demais famílias frequentadoras. Em sua relação pública com o divino, Josino era permitido, livre e não importunado.

Os exemplos acima demonstram o quanto os loucos e a loucura não estão apartados de nós na medida em que o próprio jornalismo não se desenvolve, tampouco é levado à concretude, mesmo que em lógicas de produção cada vez mais aderidas ao fetiche da instantaneidade irrefletida, por jornalistas apartados do mundo. Os sentidos da

loucura e dos loucos, o questionar sobre as formas como os encontramos nas narrativas continuam, portanto, apresentando vigor na compreensão de como podemos pensar e melhorar o jornalismo que fazemos, que constitui o mundo e a nós mesmos.

Quando pensamos exclusivamente no adoecimento mental institucionalizado em manicômios, encontramos narrativas jornalísticas que apontam para o fato de que a modelagem hospitalocêntrica, como a do Hospício de Barbacena, em Minas Gerais, ou o Sanatório Van Meduna, em Teresina, ou o Hospital Pedro II - o primeiro a se instalar no Brasil em 1841 (Lopes, 2021; p.10) - sempre esteve em estado de reforma física constante. O projeto público de atendimento à loucura e outros transtornos mentais, nos modelos julgados modernos ou possíveis às suas épocas afinal, nunca estiveram prontos.

No chão dormem os loucos jogados “ao diablo”. [...] O novo secretário de saúde, Dr. Roberto Resende, é homem sensível, aos problemas de sua Pasta. Médico dos mais eminentes, não faz política e não permite que esta se instale em sua área de comando. Quando ele abriu as portas aos repórteres [...] ele o fez com a pura intenção de mostrar o que estava errado e o que deveria ser reparado. No seu entender nada na administração pública deve ficar oculta ao conhecimento do povo. Nem ele nem o atual diretor do Hospital Colônia, dr. Geraldo Xavier, tem culpa pelo abandono do manicômio. Estão começando ambos agora. E já tem planos para modificar aquele próprio do Estado, transformando-o num hospital humano. (Franco, 1961, p. 110).

A citação acima, referente ao inacabamento e necessidade de reformas no hospício de Minas Gerias narra ainda embates da categoria médica psiquiátrica para a consideração e respeito quanto aos seus próprios saberes e ao que poderiam ofertar os poderes públicos que gestavam a rede de saúde mental. Afinal, uma vez amparados pela ciência, os médicos teriam em si força para fazer operar, dentro e fora dos ambientes de internação, uma confiabilidade no tratamento das doenças mentais. Mais adiante analisaremos o que mais a narrativa jornalística posta em citação fala sobre a loucura e o outro. No entanto, é interessante a percepção das crises de desumanização a que os hospícios estiveram sujeitos, sendo acompanhados pela imprensa brasileira em suas pautas.

Prosseguindo através dos textos jornalísticos apresentados até aqui, somados à memórias publicadas por Oliveira (2011) ou constantes no imaginário de quem assina esta investigação, todas postas a título de exemplificação, encontramos aberturas às possibilidades de compreensão sobre *onde* e *como* o jornalismo encontra a loucura como pauta e se nestas estão também os loucos. Isto nos leva a pensar nas conexões entre estas narrativas e os discursos sociais nos quais se engajam ou dialogam na diversidade, no conflito, porém nunca na neutralidade.

A partir do autodeclarado desconforto explicitado por Foucault (2008, p.5) no discurso proferido por ocasião da sua aula inaugural no Collège de France, em 02 de dezembro de 1970, vemos abertura para refletir sobre as possibilidades do dizer, do proferir discursos dentro de uma comunidade ou sociedade na qual há sempre falas predecessoras e sucessoras. Aqui colocamos neste artigo as narrativas jornalísticas como exemplos destas falas que, em fluxos processuais firmadas no campo do simbólico, constituem processos comunicativos historicamente situados, que a cada contexto nos põem no presente, no inserem na ordem do dia coletivo e mais ainda nos regimes de verdade circulantes.

O discurso, a partir da reflexão foucaultiana sobre sua produção, estaria presente em todas as sociedades, sendo em simultâneo controlada e ainda selecionada/organizada “e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade”. (Foucault, 2008; p 9). No discurso, portanto, estariam procedimentos baseados em princípios de exclusão, como a *interdição*, ou a nossa impossibilidade de tudo falar, de tudo dizer em qualquer circunstância. Outra face do princípio da *exclusão* seriam manifesta na *separação e rejeição*, cuja demonstração pode ser encontrada na oposição entre *loucura e razão*.

Para o filósofo francês, desde a alta Idade Média o louco é aquele cujo discurso “não pode circular como os dos outros” (Foucault, 2008; p 19). Tanto sua palavra pode ser considerada anulada, desimportante, inválida para procedimentos jurídicos e cartoriais, como, numa polarização articulada, receber atribuições sobrenaturais e reveladoras de poderes e verdades potentes. O discurso do louco, conforme o regime de verdade, é tomado como o mais razoável das pessoas razoáveis, pronunciador do futuro ou rejeitado tão logo proferido. De todo modo, em si, a palavra do louco não existe, pois sempre está vocalizada pelos outros. Ao nosso estudo, quanto esta vocalização delegada também está na narrativa jornalística, seja pelo jornalista ou sua fonte especializada (médicos psiquiatras, delegados, por exemplo) esta inexistência se replica e reforça, mesmo que se modifique em relação ao que se praticava jornalisticamente nas redações brasileiras dos anos 1960.

No esteio destas ideias, nossas reflexões trazem para a análise em foco a única oportunidade na qual a reportagem especial da *Revista O Cruzeiro* expôs a fala de um interno do hospital-colônia. Como há 57 anos o local permaneceu fechado ao mundo

externo, não havia sido realizadas matérias jornalísticas no interior do nosocômio. Por isto, a luz do *flash* da máquina fotográfica da equipe de reportagem foi alvo da reação de um homem assustado com um equipamento que não conhecia, e por isso, acreditou ser uma arma de fogo: - “Môço, não mata nós, não! Por que ocê vai matar nós? Num mata nós não, moço! (Franco, 1961: 110). Aqui emana do leito do texto exemplo de que excluída, segregada ou atribuída por algum misticismo ou senso comum à aceção de uma verdade elevada, a palavra do louco é passageira. Num sentido restrito de constantemente reduzi-lo à própria doença, esta palavra não existia em si. “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; mas jamais eram escutadas [...] jamais antes do século XVIII um médico teve a ideia de saber o que era dito [...] no discurso do louco” (Foucault, 2008; p 19).

No caso do exemplo do doente de Barbacena, se faz notar por intermédio da escolha da fala veiculada na revista, sem a identificação do autor/interno, que a equipe há época alocou a grande reportagem no fluxo discursivo da separação e rejeição social do adoecido. Dito de outro modo, a narrativa constituída pela revista também era uma exclusão, pois nela estava a loucura imediata, visível aos ditos normais e o demais que, discursivamente, social e clinicamente envolveram-se no denunciar a existência de um “outro” doente, diferente de um “nós”, mas que não tinha nome, origem ou rosto. No nosso entender estas são partes das encruzilhadas nas quais encontra-se jornalismo até os dias de hoje. Há vazios e lacunas que dizem da angústia jornalística permanente por dizer.

“Uma sociedade fascinada pela vigilância e pela transparência, tem horror ao vazio”, conforme Correia (2009,p. 10) ao citar os estudos de Jaques Rancière em suas reflexões sobre a atualidade e relevância no jornalismo, no esteio da constituição de uma Teoria e Crítica do Discurso Noticioso, bem como reflexões acerca do jornalismo e representações sociais. Conforme dialoga com suas fontes, o pesquisador traz atenções sobre como o jornalismo “vai destacar aqueles fatos que mais revelam os valores e crenças da sociedade naquele momento histórico” (Oliveira da Silva, 2006: 94 *apud* Correia, 2009). Este raciocínio nos é caro quando percebemos mais espaço à loucura e menos ao louco dentro das narrativas jornalísticas, em que pese a distância temporal entre nosso objeto de análise e o pensamento de Correia (2009).

ASPECTOS CONCLUSIVOS

Não acreditamos na seleção da loucura como pauta, dentro do recorte estudado, que o lugar do louco tenha sido percebido para além da vítima consequente. A sua própria fala e existência sofreram sequestros discursivos na voz do saber médico e/ou político, estes sim identificados com nome, sobrenome e a solenidade dos cargos. Compreendemos que das possíveis interpretações da narrativa apresentada podemos citar os sentidos de autovalorização do próprio veículo jornalístico, ao ratificar a si a exclusividade da pauta, bem como o entendimento da relevância da pauta não pela sua atualidade - uma vez que o Hospital-Colônia de Barbacena encontrava-se sobre constante necessidade de atenção e reformulações há 57 anos - mas pela expectativa de que a denúncia causaria no público leitor interesse, indignação e horror, para ventura ou infortúnio do próprio veículo. Porém, pode-se ir além nesta reflexão. Sem desejar incorrer no risco dos anacronismos, pensamos aqui no que traz Correia (2011) ao concordar com Schütz e destacar que

o cidadão bem informado – de que o jornalista, o líder de opinião, e o consumidor de informação constituem um exemplo - encontra-se colocado num domínio situado entre o homem da rua e o perito, escolhendo ele próprio o quadros de referência e as zonas de relevância aos quais adere, tendo a consciência de que eles são mutáveis. (Schütz (1979: 130-131).

Ou seja, importam contextos sociais, históricos e culturais na produção e direcionamento das narrativas. Pelo nosso entendimento, o jornalismo como evento processual, simbólico, ideológico e situado historicamente numa ordem de discurso de seu tempo, mantém-se ocupado de atividades que vão além da seleção de fatos, da organização do caos acontecimental para a seleção de notícias que se constituirão em narrativas sobre fatos e também pessoas.

Conforme refletimos no recorte estudado, as matérias nos apontam para operações que definem e redefinem, constroem e reconstroem os fenômenos sociais que nos incomodam, aqui em especial a pauta sensível como a da loucura no jornalismo ou do lugar dos loucos em suas inserções, e os desafios que estas representam pelo fato de, no mínimo manterem os “normais” destinados à constante vigilância sobre a sua própria sanidade (Foucault, 2007). Isto dá-se especialmente quando os loucos saem dos ambientes físico de exclusão e passam a habitar, com amparo legal, o convívio social mais amplo (Jodelet, 2015: 13). Dentro e fora do jornalismo é a diferença, como a da loucura e de seus loucos, inclusive a dos ditos e tidos normais, que a cada nova informação também nos confronta.

É certo dizer o quanto transformou-se o jornalismo em suas narrativas e relações com o discurso. Por exemplo, embora permaneça sua atenção e busca de pautas voltadas a um grupo seleto de instituições, que mudam de uma sociedade para outra, mas mantem alguma semelhança: delegacias, tribunais, estruturas políticas, igrejas, organizações sindicais, entidades que representam países em consórcios, hospitais ou instituições de observação climáticas; hoje, através das possibilidades de produção e circulação de informações na velocidade e fetichismo das redes sociais digitais, o pensamento sobre a relevância de fatos mudou profundamente. O que se pensa sobre o louco também. Permanecem, contudo, as intrínsecas relações entre estas pautas e fontes de informação e o contexto histórico e social, tornando o mundo, os jornalistas e os jornalismo como entes em prováveis contatos ainda menos neutros.

Não há na voz do louco da contemporaneidade as mesmas interdições percebidas em 1961, em decorrência da somatória de lutas dos movimentos não governamentais, alterações em políticas públicas voltadas a saúde mental individual e coletiva, transformações na assistência social, no modelo médico e terapêutico de atendimento e na própria forma de noticiar. Discursivamente é possível citar estas mudanças, o que requer do jornalismo ainda mais atenção e apuro. Afinal, ainda concordando com Foucault (2008: p.10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. À guisa de conclusão, nas narrativas jornalísticas que se constituem discursos de nosso tempo há entraves, como as novas institucionalizações ou vocalizações delegadas que ainda nos impedem, enquanto jornalistas, de escutar a sua palavra. A quem afinal, num mundo jornalístico de muitas vozes, devem ser dados ouvidos?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2013.

CORREIA, João Carlos. *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso*. Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Universidade da Beira Interior, 2009.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso, notícia e ideologia. estudos na análise crítica do discurso**. trad. Zara Pinto-Coelho. - 2ª ed. - Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017.

ENGEL, Magali Gouveia. *Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*, Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001. Edição Kindle.

FACCHINETTI, Cristiana. *Psicanálise para brasileiros: história da sua circulação e apropriação entre-guerras*. Cultura Psi, v. 0, 2012.

FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro F. de. **As insanas do Hospício Nacional de Alienados**. História, Ciências e Saúde. Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 231- 242, jun. 2008.

FIGUEIREDO NETO, Manoel Valente; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **A Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216) e suas heterogeneidades enunciativas**: Perspectivas interdisciplinares. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24ª. Ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte. A construção da figura do louco no Piauí no Jornal O Dia: um panorama de 1970 a 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2020.

FIGUEIREDO NETO, Manoel Valente; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **A Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216) e suas heterogeneidades enunciativas**: Perspectivas interdisciplinares. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010.

FRANCO, José. **Hospício de Barbacena, Sucursal do Inferno**. Matéria especial publicada na Revista O Cruzeiro. Edição nº 31, de 13 de maio de 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=136709>

JODELET, Denise. **Loucura e representações sociais**. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2015.

LOPES, Lorrane Rangel Agra. Fragmentos de vidas contadas: a psiquiatria e a loucura feminina em Campina GrandePB (1980-2005). Dissertação de mestrado apresentada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. Setembro de 2021.

MOTTA, Luz Gonzaga Motta. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: LAGO, Claudia, BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em Jornalismo. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Edmar. A incrível história de von Meduna e a Filha do Sol do Equador. Teresina: Ed. do Autor, 2011. PIAUIENSE. Projeto Memória do Jornalismo. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params>.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.